



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS

Processo Legislativo nº 57/2025

Parecer Jurídico nº: 56/2025

O Projeto de Lei nº 2.962, de 22 de maio de 2025 de autoria do Poder Executivo, requer a autorização do Poder Legislativo para suplementar e reduzir verba orçamentária, no valor de R\$ 258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais), no exercício do ano de 2025, com a finalidade de promover o adequado ajuste das dotações destinadas a atender demandas emergentes e não previstas com exatidão na peça orçamentária de 2025.

A Lei Orgânica Municipal determina em seu artigo 42, inciso V, in verbis:

Art. 42 – Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:

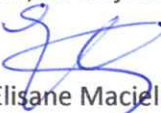
V – autorizar abertura de créditos suplementares e especiais, e deliberar sobre os créditos extraordinários abertos pelo Executivo.

Assim, o Poder Executivo tem prerrogativa para requer e a Câmara de Vereadores possui competência para autorizar a suplementação e redução da verba orçamentária, nos termos da Lei Orgânica do Município e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, salvo melhor juízo, o presente Projeto de lei atende aos requisitos legais quanto a proposição e a matéria, portanto esta assessoria, após análise, **OPINA pela Legalidade e Constitucionalidade do mesmo**, tendo em vista que estão de acordo com a previsão da Lei de Responsabilidades Fiscal e a lei Orgânica Municipal, estando apto a ser analisado pelos Nobres Vereadores da Comissão para a análise e pertinência do presente projeto de Lei.

É o parecer.

Barão/RS, 02 de junho de 2025.


Elisane Maciel Silva
OAB/RS 96.540